CUNQUEIROS

CASTELO BRANCO | OLEIROS | PROENÇA-A-NOVA

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO



CUNQUEIROS

CASTELO BRANCO | OLEIROS | PROENÇA-A-NOVA

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO

Edição | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Elaboração | Departamento de Gestão dos Fogos Rurais; Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Centro

Fotografia capa | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Data edição | 27 de outubro de 2020

O presente documento encontra-se disponível em www.icnf.pt

ÍNDICE

1 Introdução 2

2 Caraterização da área percorrida pelo incêndio 3

2.1 Limites administrativos 3

2.2 Declives 4

2.3 Rede Hidrográfica 4

2.4 Uso do solo e ocupação florestal 5

2.5 Regime cinegético 5

2.6 Planos de gestão florestal, regime jurídico de arborização e zonas de intervenção florestal 6

2.7 Organizações de produtores florestais 6

2.8 Rede viária florestal 7

2.9 Histórico de incêndios 7

2.10 Recorrência de incêndios 7

2.11 Severidade 8

3 Medidas para estabilização de emergência 9

4 ANEXOS 14

ANEXO I - Mapas 14

ANEXO II - Organizações de produtores florestais 25

ANEXO III - Principal legislação e regulamentação aplicável 26

1 INTRODUÇÃO

No mês de setembro de 2020, entre os dias 13 e 17, ocorreu um incêndio florestal de grandes dimensões que afetou 14 886 hectares nos concelhos de Proença-a-Nova, Castelo Branco e Oleiros, no distrito de Castelo Branco.

Atendendo ao forte impacte na paisagem, no funcionamento dos ecossistemas e nas atividades humanas, que em grande medida se baseiam no setor primário e, crescentemente, no turismo em espaço rural, e também ao histórico de incêndios florestais desde a década de 1960, de que se salientam os grandes fogos de 1984, 1991, 1992, 2000 e 2003, nos termos da legislação em vigor é justificada a elaboração de um relatório de estabilização de emergência.

O fogo é um fator ecológico desde sempre presente nos ecossistemas ibéricos e um poderoso modelador da paisagem. Neste contexto, entende-se como *recuperação de áreas ardidas*,

> "As atividades realizadas com vista a garantir que as áreas ardidas venham a assegurar os fluxos de bens e serviços necessários à manutenção das condições ecológicas dos espaços afetados e das condições socioeconómicas das populações envolventes".

A recuperação abrange duas dimensões, a *biofísica* e a *socioeconómica*, sendo que no âmbito da primeira componente são usualmente distinguidas 4 fases no processo de recuperação de uma área ardida, as quais por vezes podem ser simultâneas:

- 1.ª **Avaliação dos efeitos do incêndio**, incluindo todas as ações no âmbito da delimitação e caracterização do problema, nomeadamente no que respeita à cartografia da área afetada, grau de severidade do incêndio, identificação dos danos imediatos e de longo prazo e dos impactes socioeconómicos. Muitas vezes esta fase inicia-se ainda durante a ocorrência do incêndio e termina nas semanas imediatas;
- 2.ª **Estabilização de emergência**, na qual se executam as ações, no *muito curto prazo* (nas semanas seguintes), no âmbito da proteção das bacias hidrográficas e do solo e, por exemplo, das medidas de emergência para a salvaguarda da vegetação e da fauna com especial valor de conservação e com impacte na segurança das infraestruturas. Pretende-se aqui reconhecer eventuais ameaças iminentes à vida e segurança humanas, às propriedades e bens e a recursos naturais ou culturais relevantes e executar ações imediatas, tecnicamente ajustadas, para a eliminação ou mitigação dos riscos identificados;
- 3.ª **Reabilitação**, envolvendo sobretudo atividade a executar no *curto e médio prazos* no âmbito da proteção das bacias hidrográficas, do solo, da recuperação de salvados e da vegetação e da fauna (incluindo a cinegética), muitas associadas à monitorização da resposta dos ecossistemas e às medidas corretivas que dela derivem, no prazo de 2-3 anos após o incêndio;
- 4.ª **Recuperação de longo prazo**, com todas as ações de planeamento e intervenção que assegurem a recuperação sustentável das áreas ardidas no *longo e muito longo prazos*, desenvolvidas normalmente após 2-3 anos depois da ocorrência do incêndio. Para este efeito existem várias medidas de política florestal que visam garantir um adequado enquadramento institucional e gestionário, de que se salientam as zonas de intervenção florestal (ZIF) e as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP).

O presente relatório, realizado em estreita cooperação com as autarquias locais e com as organizações de produtores florestais dos concelhos afetados nomeadamente (MAGAREFA e APFAM), visa dar resposta às necessidades de intervenção de emergência, cobrindo principalmente os pontos 1 a 3 acima referidos, dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro, e bem assim à Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho (Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais)

2 CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

O incêndio de **Cunqueiros** localiza-se na região Centro de Portugal Continental, entre as latitudes 40º 0' 7''N e 39º 48' 9''N e longitudes 07º 53' 3''W e 07º 44' 20''W, inserido na NUTS III Beira Baixa, em área de transição do litoral para o interior, região onde se encontram das maiores taxas de arborização, no coração do antigamente designado *Pinhal Interior Sul*.

O alerta do incêndio foi dado no dia **13-09-2020** pelas 13h43, sendo dado como extinto no dia **17-09-2020** pelas 12h30, contabilizando um total de área ardida de **14 886 hectares**, entre povoamentos (11 032 ha), matos (3 274 ha) e áreas agrícolas (579 ha). Este incêndio foi registado na plataforma SGIF com o código de ocorrência **BI220356** e código ANEPC **2020050022403**.

A delimitação do perímetro do incêndio para efeitos de análise cartográfica teve por base as imagens do Satélite Sentinel-2.

Salienta-se que contiguamente (cerca de 2 km a oeste) se desenvolve a área ardida resultante do incêndio de Sardeiras de Baixo **BI220227** (5592 hectares) para a qual já foi produzido um relatório de estabilização de emergência.

2.1 Limites administrativos

A área geográfica do incêndio incide em 3 concelhos: Proença-a-Nova, Castelo Branco e Oleiros no distrito de Castelo Branco. De referir que o concelho de Oleiros foi, proporcionalmente à área total, o mais afetado, com 22% do seu território queimado, de seguida o concelho de Proença-a-Nova com 7% e, finalmente, com menos área ardida em relação ao total do concelho, Castelo Branco com 1%.

A distribuição pelos concelhos e freguesias é a seguinte:

Distrito	Concelho	Freguesia	Área da unidade administrativa (ha)	Área ardida (ha)	% de área ardida
CASTELO BRANCO	Proença-a-Nova	**Total concelho**	**39 540**	**2 932**	**7,4%**
		UF Sobreira Formosa e Alvito da Beira	11 866	2 932	24,7%
	Castelo Branco	**Total concelho**	**143 819**	**1 358**	**0,9%**
		Sarzedas	17 205	1 358	7,9%
	Oleiros	**Total concelho**	**47 109**	**10 596**	**22,5%**
		Cambas	4 854	476	9,8%
		Isna	2 794	20	0,7%
		Orvalho	3 331	2	0,1%
		Sarnadas de São Simão	3 100	192	6,2%
		Estreito-Vilar Barroco	9 351	5 658	60,5%
TOTAL GERAL				**14 886**	

No anexo I, mapas 1 e 2, pode visualizar-se a expansão geográfica do incêndio.

2.2 Orografia e declives

A altitude da área queimada pelo incêndio de Cunqueiros varia entre os 500 e 960 m, constituindo um relevo acidentado, caracterizado por uma certa monotonia das formas, com vários pontos cotados que ultrapassam os 800 m. Apresenta ondulações de media altitude, estando os pontos mais elevados localizados no concelho de Oleiros, mais propriamente na Serra do Moradal, perto do local de Sardadas de São Simão entre os vértices geodésicos de Zebro (889 m) e Cardal (860 m), ambos alcançados pelo incêndio, a nordeste da área ardida. Existem algumas zonas onde o declive é bastante acentuado com valores superiores a 20%, com destaque ao alinhamento quartzítico de orientação NW-SE da serra do Moradal, referente ao bloco sueste da Cordilheira Central, juntamente com as serras de Alvelos e Gardunha.

Na sua progressão de sul para norte, o incêndio ultrapassou inicialmente o vértice geodésico de Gavião (726 m, concelho de Proença-a-Nova, união de freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira), tendo ficado confinado lateralmente, no seu flanco esquerdo, pela rede primária instalada na cumeada que separa os concelhos de Oleiros e Proença-a-Nova (entre o vértice geodésico de Fornos, 866 metros, e o de Furnas, 957 m). O incêndio afetou também a Serra do Caniçal de orientação SW-NE, passando pelos vértices geodésicos do Caniçal (795 m), Cabeço da Mó (689 m) e Algar (712 m). Afetou ainda a Serra das Mougueiras de orientação WNW-ESE, passando no vértice geodésico de Feteirinha (820 m), concelho de Oleiros, freguesia de Oleiros-Amieira. Já na fase final do incêndio, alcançaram-se cinco vértices geodésicos perto do local de Estreito, freguesia de Estreito-Vilar Barroso: Safra 2º (833 m), Casinhas (860 m), Vale da Sobreira (778 m), Portela (744 m) e Cabeça Pequena (631 m).

No anexo I, mapas 3 e 4, pode visualizar-se a orografia e declives na área queimada.

2.3 Rede Hidrográfica

A área afetada apresenta vales de vertentes muito abertas, convexas, muito por sequência da ação da tectónica e da ação modeladora de escorrências que drena as suas águas em direções diferentes. A continuidade em altitude imposta pela linha de cumeada determina os vários destinos possíveis que o escoamento superficial pode tomar. No entanto uma boa parte das linhas de água não ocorre como cursos de água permanentes, possuindo apenas escorrência temporária, aquando de episódios de forte pluviosidade, podendo apresentar caudais torrenciais.

O incêndio está dividido praticamente entre as bacias hidrográfica do rio Zêzere e do rio Ocreza, sendo que a progressão do incêndio tem início na sub-bacia do rio Ocreza, que abrange em parte os três concelhos afetados. Cerca de metade do incêndio desenvolve-se na bacia hidrográfica do rio Zêzere, nas sub-bacias de ribeira da Sertã, ribeira das Casas da Zebreira e uma pequena parte da albufeira do Cabril, no concelho de Oleiros. De realçar a ribeira de Alvito, na sub-bacia do rio Ocreza, que apresenta algum declive acentuado com variação dos 700 para os 410 m de altitude, com a presença de muitos socalcos com cultura de sequeiro, e a meia encosta pouca estrutura arbórea. Existem também três afluentes importantes da ribeira de Alvito, a ribeira da Lisga, Povoinha e Alcaçova, bem como pequenas ribeiras das encostas poentes da serra do Moradal. Na sub-bacia da ribeira das Casas da Zebreira, a ribeira do mesmo nome faz parte do perímetro do incêndio mais a norte, ao longo das diferentes encostas do vale e no maciço quartzítico da serra do Moradal, servindo praticamente como barreira natural de defesa das povoações a nascente da serra. Na sub-bacia da ribeira da Sertã, as ribeiras do Braçal e do Esteiro foram importantes na contenção do incêndio no flanco esquerdo, muito pelo seu alinhamento natural, e também a ribeira de Perbuques importante na defesa da localidade de Estreito, juntamente com as áreas agrícolas.

De referir a existência de uma concessão de pesca desportiva na ribeira da Sertã, que um pouco a montante na ponte das Fozes coincide com a área ardida.

No anexo I, mapa 5, pode visualizar-se a distribuição da área ardida pelas sub-bacias hidrográficas.

2.4 Uso do solo e ocupação florestal

Dominam ocupações florestais, com predominância de povoamentos de pinheiro bravo, em grande extensão bastios resultantes da regeneração natural dos incêndios de 2003, com 17 anos de idade. Surgem ainda algumas áreas de eucalipto dispersas e também uma significativa área de matos, em parte consequência do abandono de gestão de terrenos agrícolas e florestais.

Uso do solo e ocupação florestal (IFN6)

Ocupação do solo	Ocupação florestal	Área parcial (ha)	Área total (ha)
Floresta	**Pinheiro-bravo**	9 571	11 032
	Eucalipto	1 385	
	Sobreiro	25	
	Outras folhosas	50	
Matos			3 224
Pastagens			126
Improdutivos			50
Agricultura			453
TOTAL			**14 886**

No anexo I, mapa 6, pode visualizar-se a distribuição do uso do solo e da ocupação florestal da área ardida, tendo como base na COS 2018 (DGT).

2.5 Regime cinegético

Do total de área ardida, cerca de 12 271 hectares encontram-se sujeitos ao regime cinegético ordenado.

Zonas de Caça afetadas

Concelho	Processo	Zona de Caça	Tipo	Total Ardida (ha)	Área total (ha)	% de área ardida
Proença-a-Nova	4720	ZCM da Sobreira Formosa	Municipal	1 397	4 193	33,3%
	4383	ZCM de Alvito da Beira	Municipal	1 493	3 359	44,4%
Castelo Branco	2720	ZCM das Sarzedas	Municipal	39	14 598	0,3%
Oleiros	3941	ZCA Casinhas	Associativa	467	502	93,0%
	4908	ZCM da Amieira	Municipal	33	2 989	1,1%
	4160	ZCM de Sarnadas de São Simão	Municipal	395	7 961	5,0%
	5628	ZCM Estreito	Municipal	4 720	6 111	77,2%
	5374	ZCM de Cambas	Municipal	389	3 710	10,5%
	3123	ZCM de Oleiros	Municipal	3 338	17 447	19,1%
TOTAL				**12 271**		

2.6 Planos de gestão florestal, regime jurídico de arborização e zonas de intervenção florestal

No que respeita ao ordenamento e gestão florestal, dentro do perímetro de incêndio existem apenas duas propriedades com plano de gestão florestal aprovado, com a área total de 247,21 ha, sendo de salientar a inexistência de zonas de intervenção florestal ou de quaisquer áreas submetidas ao Regime Florestal ou integradas em áreas protegidas. Contudo, os concelhos de Castelo Branco, Oleiros e Proença-a-Nova integram-se no geoparque Naturtejo, tendo alguns trilhos e equipamentos de visitação sido afetados pelo incêndio (p.ex., na serra do Moradal).

No âmbito do regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborizações (RJAAR) estão contabilizados cerca de 31,6 hectares de áreas intervencionadas desde 2014, tendo neste período sido autorizados/validados 11 projetos, na sua maioria pedidos de rearborização com instalação de povoamentos de eucalipto (em 90,7% dos casos).

Regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborizações (RJAAR)

Concelho	Tipo de Intervenção	Espécie	Área ardida (ha)	% de área ardida
Proença-a-Nova	Arborização	Eucalipto	1,4	4,4%
	Rearborização	Cipreste	1,5	4,8%
		Eucalipto	5,4	17,0%
Oleiros	Rearborização	Eucalipto	19,6	62,1%
		Medronheiro	0,6	1,9%
		Outros carvalhos	0,8	2,6%
Castelo Branco	Rearborização	Eucalipto	2,3	7,2%
TOTAL			**31,6**	

No anexo I, mapa 10, pode visualizar-se a distribuição dos instrumentos de gestão florestal na área ardida.

2.7 Organizações de produtores florestais

Apesar de neste território se terem desenvolvido algumas das mais antigas iniciativas públicas de fomento do associativismo florestal no nosso país (desde o final da década de 1960), que levaram ao surgimento de organizações de produtores florestais pioneiras na região minifundiária (como, por exemplo, a SPROLEI), atualmente verifica-se uma reduzida dinâmica nesta área, traduzida na total ausência de ZIF, de áreas significativas com PGF ou sujeitas a tratamentos silvícolas, em especial as de densa regeneração de pinheiro-bravo.

Na vertente socioeconómica, no médio-longo prazo este incêndio certamente afetará a sua base económica, muito dependente de atividades ligadas a indústrias transformadoras de madeira e outra biomassa florestal, numa região de forte predominância silvícola, agravando a disponibilidade de matéria-prima.

Neste contexto, uma parte relevante do sucesso de recuperação não só da área queimada neste incêndio, mas de toda a região envolvente, passará pelo aproveitamento integral de todas as componentes da "bioeconomia" disponíveis, incluindo a madeira, a biomassa e outros produtos silvestres, ou o recreio e o turismo em espaço rural, para o que será necessário assegurar uma intervenção tempestiva e com escala num território de regime quase exclusivamente privado.

No anexo II, pode visualizar-se o quadro das organizações de produtores florestais cuja área de intervenção abrange a área ardida.

2.8 Rede viária florestal

Tendo por base a classificação constante nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios dos municípios em causa, verifica-se que rede viária florestal apresenta de forma geral uma grande densidade. Relativamente à rede viária florestal de 1.ª ordem verifica-se um total de 2,7 km; quanto à rede viária florestal de 2.ª ordem afetada, tem uma extensão de 123,6 km, constituída sobretudo estradões florestais e estradas municipais de ligação a diferentes aglomerados populacionais, incluindo algumas estradas e caminhos florestais; a rede viária florestal de 3.ª ordem desenvolve-se por 398,1 km, na sua maioria trilhos. Neste relatório são identificados pontos críticos de estabilização de emergência, que resultaram do cruzamento da rede viária florestal com linhas de água, a fim de uma posterior beneficiação de caminhos, em caso de desagregação da sua estrutura, ou regularização dos dispositivos hidráulicos, sempre que necessário.

No anexo I, mapa 1 e 2, pode visualizar-se a distribuição da rede viária florestal, bem como a sua interação com as linhas de água principais.

2.9 Histórico de incêndios

Os anteriores grandes incêndios florestais registados desde 1975 ocorreram em 1984, 1991, 1992, 2000 e 2003, apresentando evoluções diferentes, muito por influência dos pontos de início, das condições atmosféricas e da orografia, para além da carga combustível existente. De salientar o incêndio de 1984 que atingiu áreas do concelho de Oleiros, como a serra das Mougueiras, e a envolvente dos locais de Mougueiras de Baixo e de Cima, pela encostas do vale da ribeira de Sertem Velha. Um outro incêndio ocorrido no ano de 1991, praticamente encostou ao incêndio de 1984, afetou áreas próximas das povoações de Estreito, Vilar Barroco, Roqueiro, Ameixoeira, Vale da Colmeia e Mogadouro (próxima da serra das Casinhas), além de atingir grande parte da serra do Moradal.

Numa área mais a sul da serra do Moradal, em 1992, ocorreu um incêndio que afetou os concelhos de Oleiros e Castelo Branco, nas proximidades de Corga do Porto, Poeiros e Pião, como Pé da Serra respetivamente. No ano de 2000, um grande incêndio no concelho de Oleiros a Serra das Mougueiras e Caniçal, progredindo pela serra do Cabeço Rainha, esta última fora da área ardida em 2020, atingindo as povoações de Roda e Caniçal, da freguesia de Oleiros-Amieira. Contudo no ano de 2003, a área foi também bastante afetada, num ano extremamente difícil nesta região, com grandes extensões ardidas nos concelhos de Proença-a-Nova, Sertã, Oleiros, Castelo Branco e Fundão. Cerca de 45% do incêndio de Cunqueiros não tinha ardido nos anos de 2000 e 2003.

Os maiores incêndios dos meses de agosto e outubro de 2017 ocorridos na área envolvente tiveram um papel preponderante na contenção da progressão do incêndio de Cunqueiros, mais propriamente nas freguesias de Estreito-Vilar Barroco e na freguesia de Sarnadas de São Simão, no concelho da Oleiros, sendo que em grande medida o flanco direito do incêndio de Cunqueiros foi contido em dois pontos distintos dos limites desses incêndios, perto das povoações de Cardosa, Cova da Azenha e Poeiros, e noutro ponto junto à povoação de Vilar Barroco.

2.10 Recorrência de incêndios

O incêndio de Cunqueiros afeta uma área com alguma recorrência de incêndios no período de 1975-2019, tendo a maior parte da área ardido pelo menos uma vez, como nos anos de 1991, 2000 e 2003, com os quais a área agora ardida em 2020 apresenta grande sobreposição. Existem pequenas áreas que arderam pelo menos 2 vezes e uma área muito pequena com 3 a 4 vezes, o que corresponde a um período de retorno do fogo de cerca de 9 anos.

No anexo I, mapa 8, pode visualizar-se a recorrência de incêndios (1975-2018) na área agora ardida.

2.11 Severidade

No anexo I, mapa 9, pode visualizar-se a severidade do fogo na área ardida. A severidade foi estimada através do índice dNBR (*Differenced Normalized Burn Ratio*) calculado por diferença do NBR (*Normalized Burn Ratio*) antes e depois do incêndio, com base em imagens do satélite Sentinel-2. Como resultado final obtiveram-se diferentes classes de severidade que caracterizam a intensidade com que a vegetação foi afetada pelo incêndio.

As áreas de maior severidade do fogo coincidem, em grande parte, com densas manchas arbóreas de regeneração de pinheiro-bravo ou matos, principalmente as áreas de maior altitude, traduzindo a destruição de povoamentos multiestratificados e com níveis de biomassa elevados, onde a intensidade da frente de fogo foi também maior.

3 MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As necessidades de intervenção foram avaliadas previamente em gabinete, tendo sido utilizada uma metodologia expedita de identificação de zonas com maior potencial de erosão/dano. A metodologia assenta na análise combinada de vários fatores, nomeadamente a severidade de incêndio, declives, ocupação do solo, áreas com estatuto de proteção, linhas de água, rede viária e pontos de água.

Esta análise de gabinete serviu de base para uma validação de terreno efetuada por técnicos do ICNF, das autarquias locais e de OPF que permitiu aferir com mais rigor as áreas e infraestruturas com necessidades de intervenção.

Em seguida, apresentam-se as fichas de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante, segundo o estipulado no Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro), estratificadas por concelho, que se encontram estruturadas em quatro tipologias de intervenção:

- Recuperação de infraestruturas afetadas;
- Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas;
- Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água;
- Diminuição da perda de biodiversidade.

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	14 886	Data Inicio	13/09/2020
Concelho(s)	CASTELO BRANCO. OLEIROS. PROENÇA-A-NOVA	Data Fim	17/09/2020
Distrito(s)	CASTELO BRANCO	NUTS III	BEIRA BAIXA

2 - Parcelas de intervenção

		Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	14 886	Encostas	x
Freguesia(s)	Cambas. Estreito-Vilar Barroco. Isna. Oleiros-Amieira. Orvalho. Sarnadas de São Simão. Sarzedas. Sobreira Formosa e Alvito da Beira	Linhas de água	x
		Rede viária	x
		Redes DFCI	x
Concelho(s)	CASTELO BRANCO. OLEIROS. PROENÇA-A-NOVA	Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor unitário(€)**	**Valor total (€)**
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	1081,52	750,00 €	811 140,47 €
Recuperação de pontos de água	n.º	8	3 000,00 €	24 000,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	618,54	925,00 €	572 148,51 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**1 407 288,98 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	390,99	300,00 €	117 295,66 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	5684,43	650,00 €	3 694 882,14 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**3 812 177,80 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	128,84	2 000,00 €	257 684,11 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	50	3 000,00 €	150 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	128,84	1 950,00 €	251 242,01 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**658 926,13 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
			Total:	**5 878 392,91 €**

4- Observações:

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	1 358	Data Inicio	13/09/2020
Concelho	CASTELO BRANCO	Data Fim	17/09/2020
Distrito	CASTELO BRANCO	NUTS III	BEIRA BAIXA

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	1 358
Freguesia(s)	Sarzedas
Concelho	CASTELO BRANCO

Elemento fisiográfico do terreno	
Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	68,04	750,00 €	51 030,47 €
Recuperação de pontos de água	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	48,89	925,00 €	45 223,25 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**96 253,72 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	44,30	300,00 €	13 288,55 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	724,28	650,00 €	470 783,65 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**484 072,20 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	14,57	2 000,00 €	29 147,65 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	9	3 000,00 €	27 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	14,57	1 950,00 €	28 418,96 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**84 566,61 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
			Total:	**664 892,54 €**

4- Observações:

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	10 596	Data Inicio	13/09/2020
Concelho	OLEIROS	Data Fim	17/09/2020
Distrito	CASTELO BRANCO	NUTS III	BEIRA BAIXA

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	10 596
Freguesia(s)	Cambas. Isna. Orvalho. Sarnadas de São Simão. Estreito-Vilar Barroco. Oleiros-Amieira
Concelho	OLEIROS

Elemento fisiográfico do terreno	
Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	860,03	750,00 €	645 022,50 €
Recuperação de pontos de água	n.º	4	3 000,00 €	12 000,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	355,71	925,00 €	329 030,76 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**986 053,26 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	219,93	300,00 €	65 977,60 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	3551,11	650,00 €	2 308 220,36 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**2 374 197,96 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	93,97	2 000,00 €	187 936,46 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	38	3 000,00 €	114 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	93,97	1 950,00 €	183 238,05 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**485 174,51 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
			Total:	**3 845 425,73 €**

4- Observações:

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio

(operações com escala territorial relevante - Portaria nº 134/2015, artigo 21º)

1- Incêndio

Área (ha)	2 932	Data Inicio	13/09/2020
Concelho	PROENÇA-A-NOVA	Data Fim	17/09/2020
Distrito	CASTELO BRANCO	NUTS III	BEIRA BAIXA

2 - Parcelas de intervenção

Área (ha)	2 932
Freguesia(s)	Sobreira Formosa e Alvito da Beira
Concelho	PROENÇA-A-NOVA

Elemento fisiográfico do terreno	
Encostas	x
Linhas de água	x
Rede viária	x
Redes DFCI	x
Outro	x

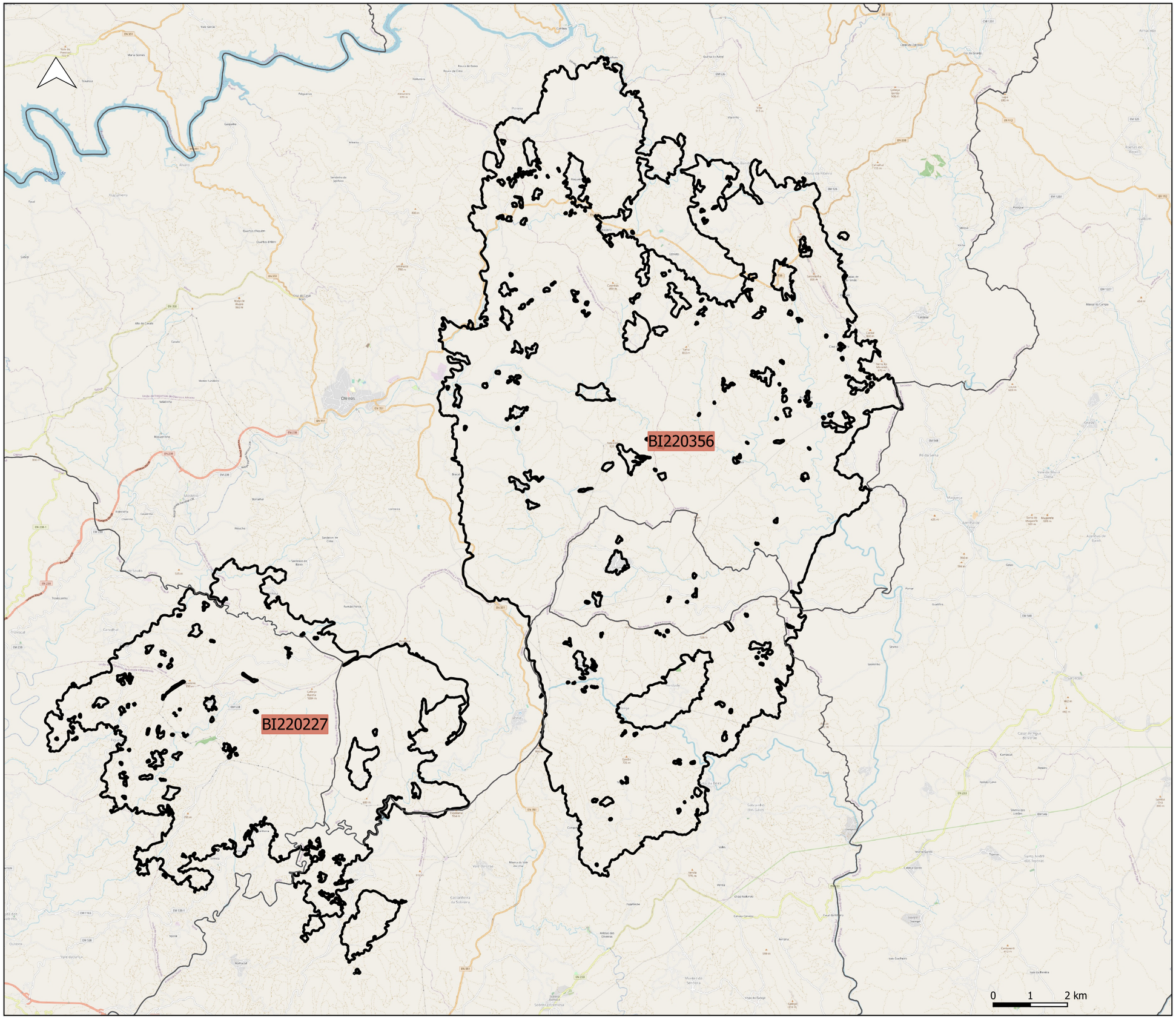
3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare	153,45	750,00 €	115 087,50 €
Recuperação de pontos de água	n.º	4	3 000,00 €	12 000,00 €
Substituição de sinalização danificada de caça e pesca	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Substituição de sinalização danificada	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação e tratamento de rede viária	km	213,94	925,00 €	197 894,50 €
Intervenções complementares de recuperação de pontos de água	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Recuperação de vedações para proteção dos povoamentos contra ação do gado	km	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**324 982,00 €**
Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas				
Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	126,77	300,00 €	38 029,51 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	1409,04	650,00 €	915 878,14 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**953 907,64 €**
Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água				
Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	20,30	2 000,00 €	40 600,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	3	3 000,00 €	9 000,00 €
Intervenções complementares de regularização do regime hidrologico das linhas de água, nomeadamente instalação de vegetação ripicola	hectare	20,30	1 950,00 €	39 585,00 €
Obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**89 185,00 €**
Diminuição da perda de biodiversidade				
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	n.º	0,00	0,00 €	0,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de combustíveis ou faixas de arvoredo de alta densidade	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
Controlo de espécies invasoras lenhosas	hectare	0,00	0,00 €	0,00 €
			Subtotal:	**0,00 €**
			Total:	**1 368 074,64 €**

4- Observações:

4 ANEXOS

ANEXO I – Mapas



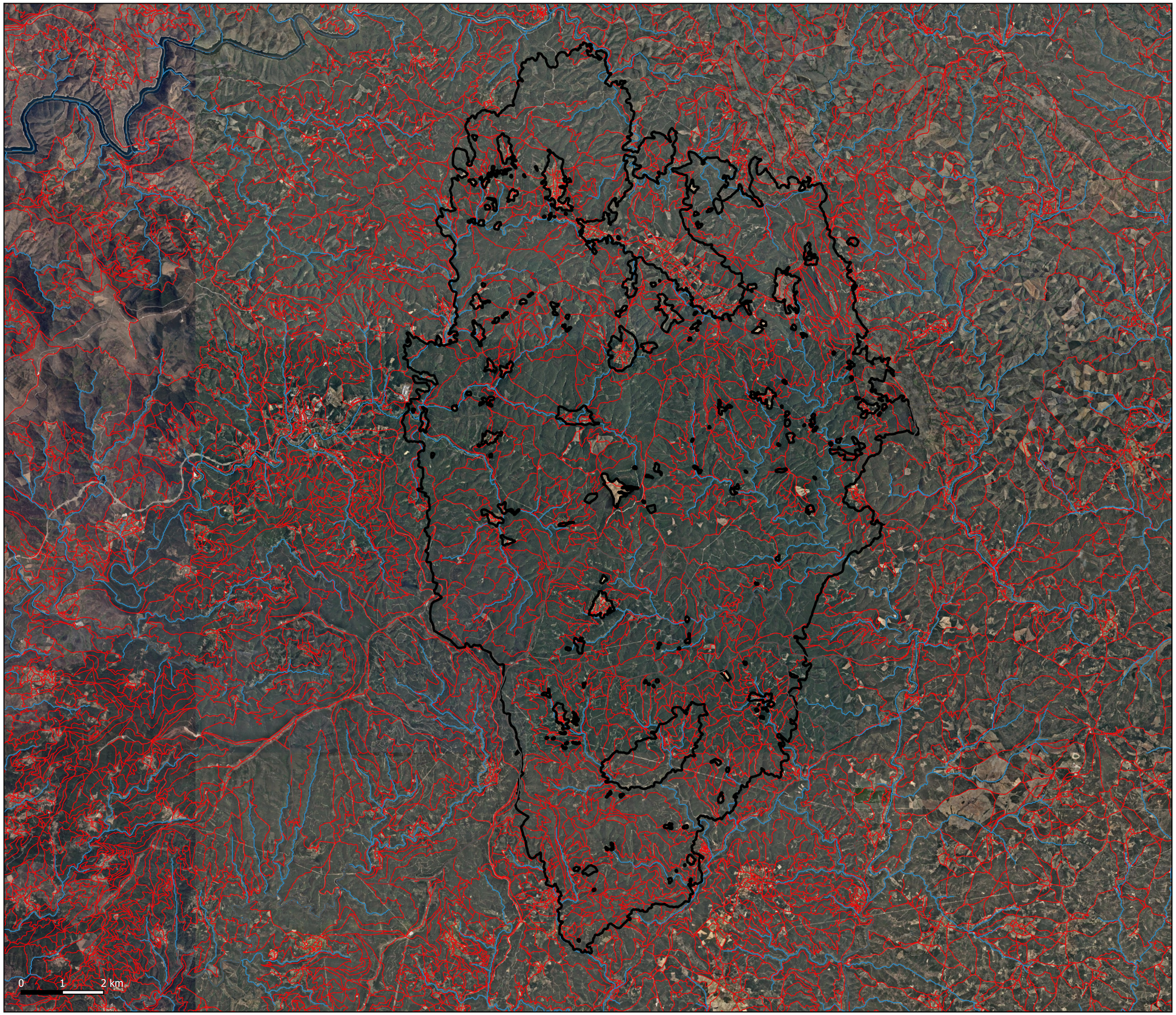
Legenda

- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de enquadramento

Fonte: ICNF, I.P e OSM	Esc:1:100000
Data: 02 de outubro 2020	**01-A3**



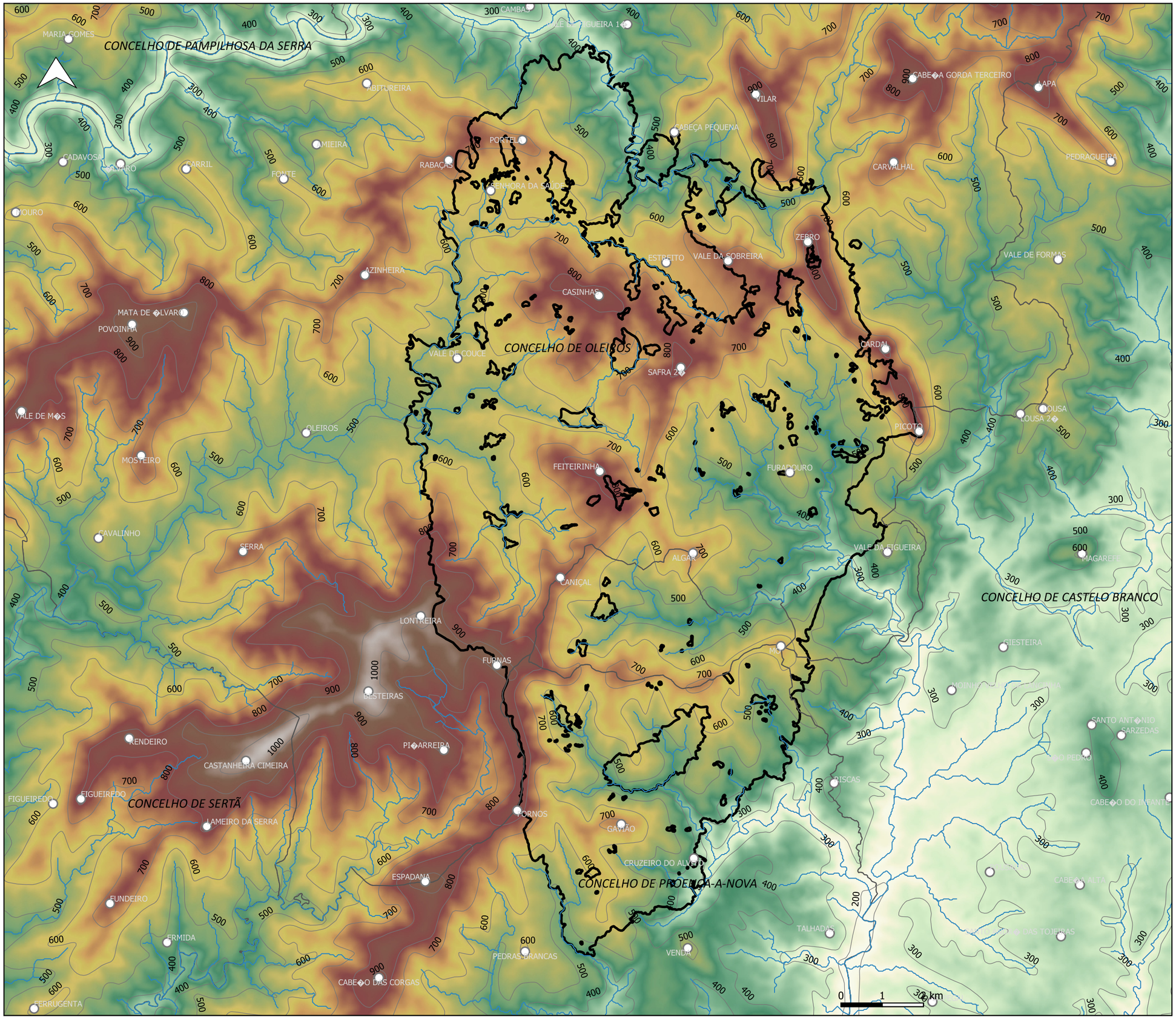
Legenda

- Perímetro incêndio
- Rede viária (OSM)
- Linhas de água
- Concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de enquadramento sobre ortofotomapa

Fonte: ICNF, I.P, OSM	Esc: 1:90000
Data: 02 de outubro 2020	**02-A3**



Legenda

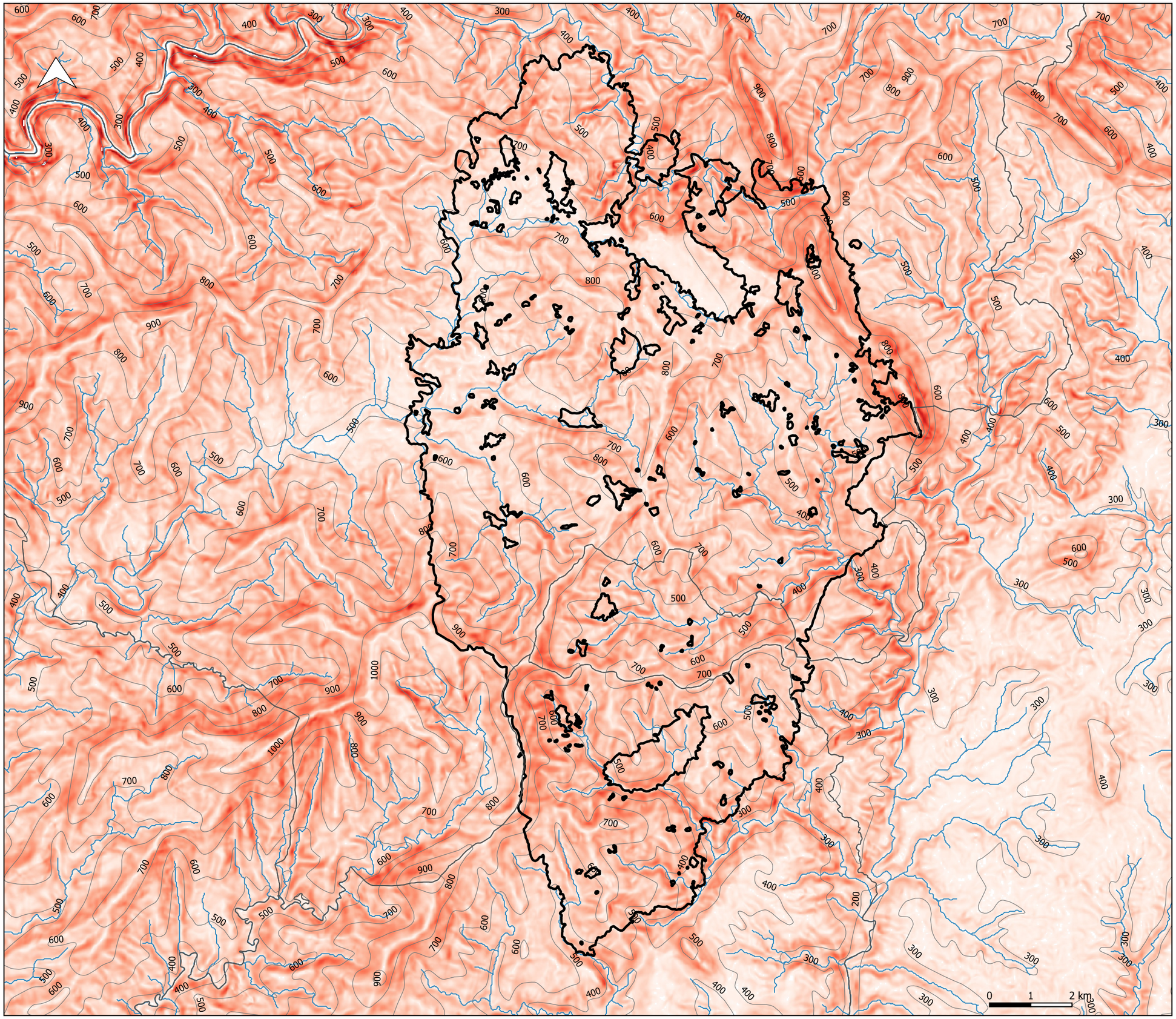
Modelo Digital de Terreno

- 200 (min)
- 1100 (máx)
- Curvas de nível (100m)
- Linhas de água
- Vértices Geodésicos
- Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de altimétrica

Fonte: ICNF, I.P,	Esc: 1:90000
Data: 02 de outubro 2020	**03 -A3**



Legenda

Declives (%)

- 1
- 10
- 20
- 30
- 40
- 50
- 60
- 70
- 80
- 90
- 100

Curvas de nível (100m)

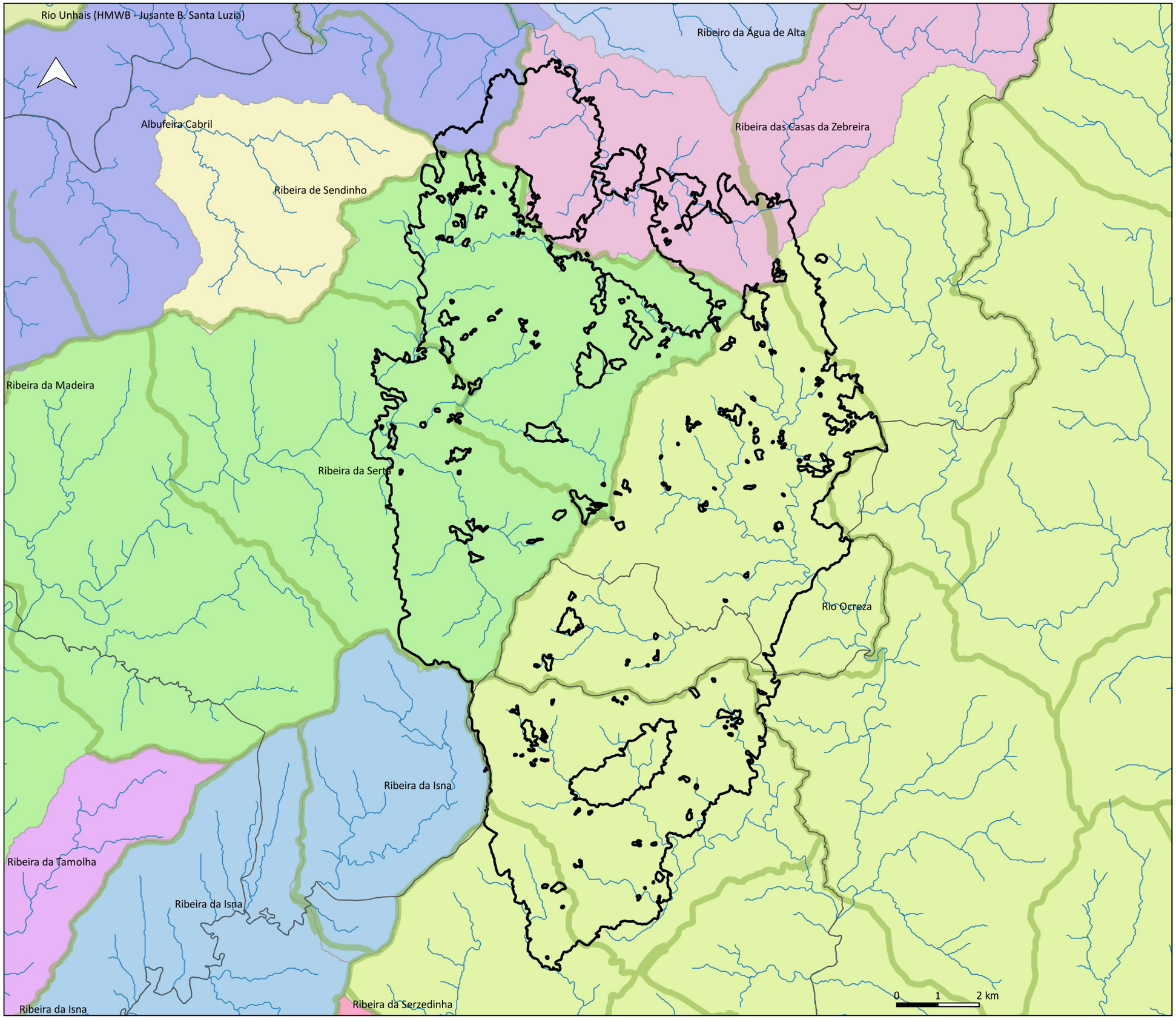
Linhas de água

Perímetro incêndio

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de declive

Fonte: ICNF, I.P,	Esc: 1:90000
Data: 02 de outubro 2020	**04 -A3**



Legenda

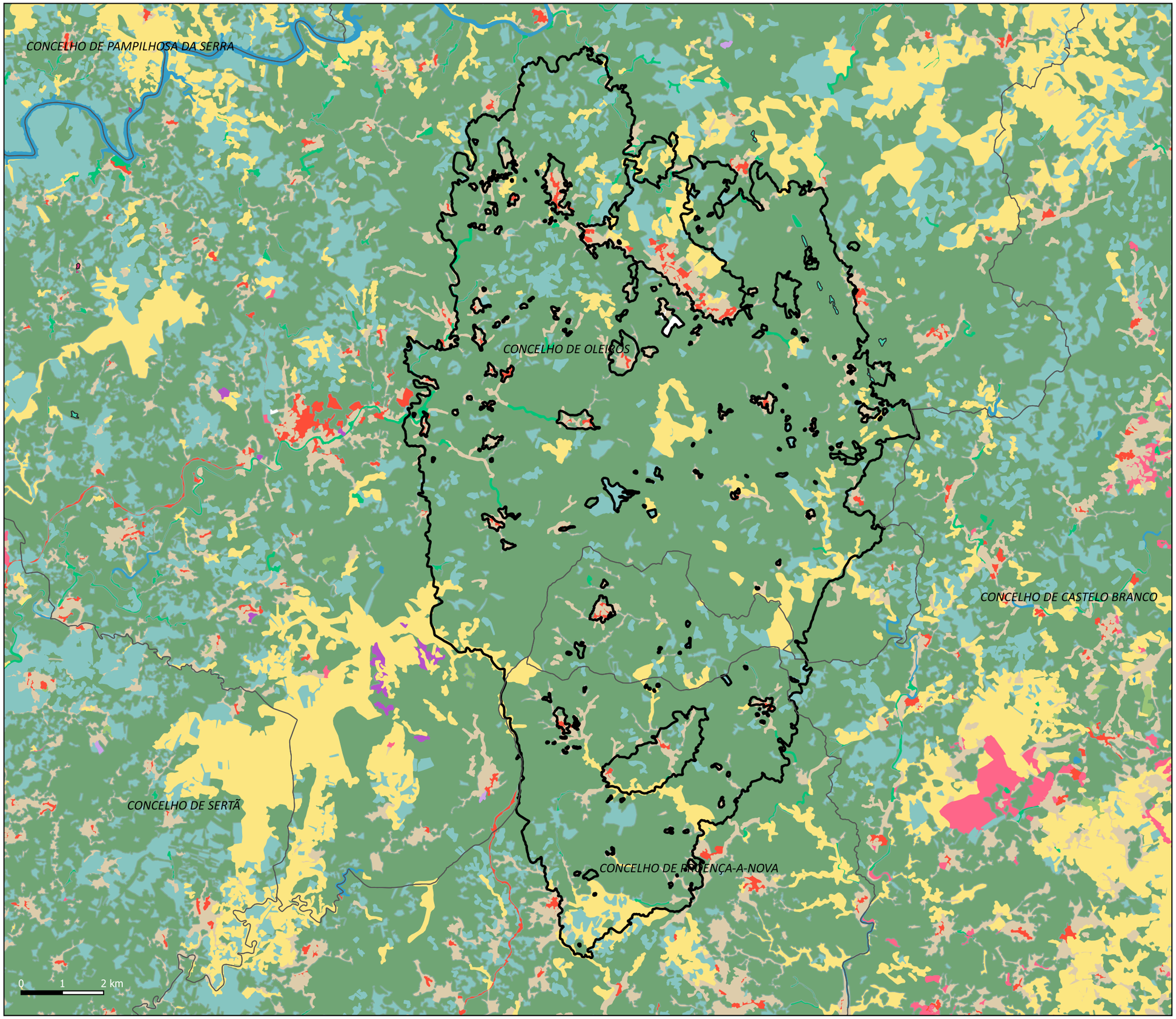
Sub-bacias hidrográficas

- Albufeira Cabril
- Ribeira da Isna
- Ribeira da Sertã
- Ribeira da Serzedinha
- Ribeira da Tamolha
- Ribeira das Casas da Zebreira
- Ribeira de Sendinho
- Ribeiro da Água de Alta
- Rio Ocreza
- Linhas de água
- RPFGC

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de sub-bacias e RPFGC planeada

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:90000
Data: 02 de outubro 2020	**05 -A3**



Legenda

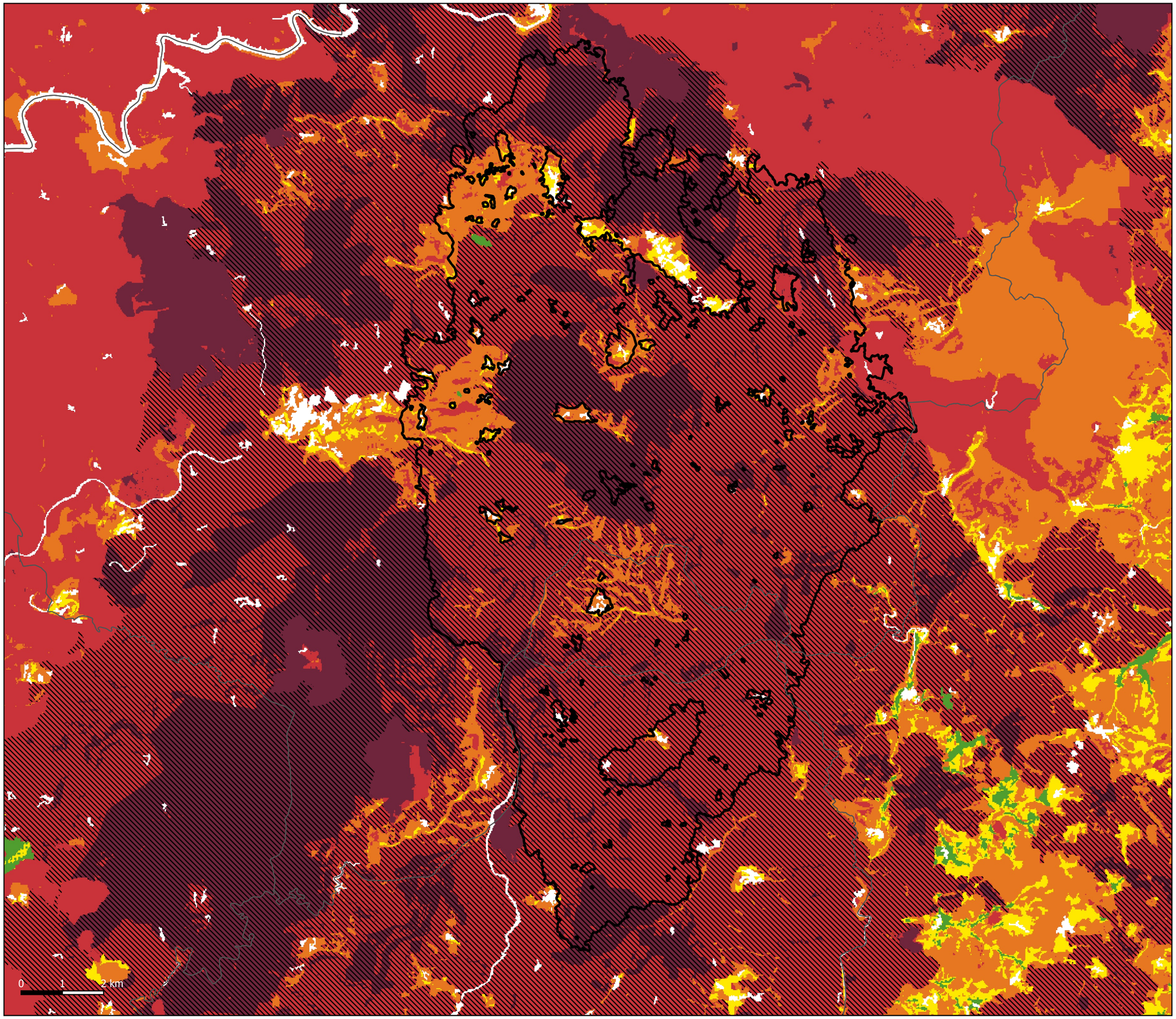
COS 2018

- Acácia
- Agrícola
- Águas interiores
- Carvalho
- Castanheiro
- Eucalipto
- Improdutivos
- Matos
- Outras folhosas
- Outras resinosas
- Pastagens
- Pinheiro-bravo
- Sobreiro
- Urbano
- Limite do incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de ocupação do solo (COS2018)

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:90000
Data: 02 de outubro 2020	**06-A3**



Legenda

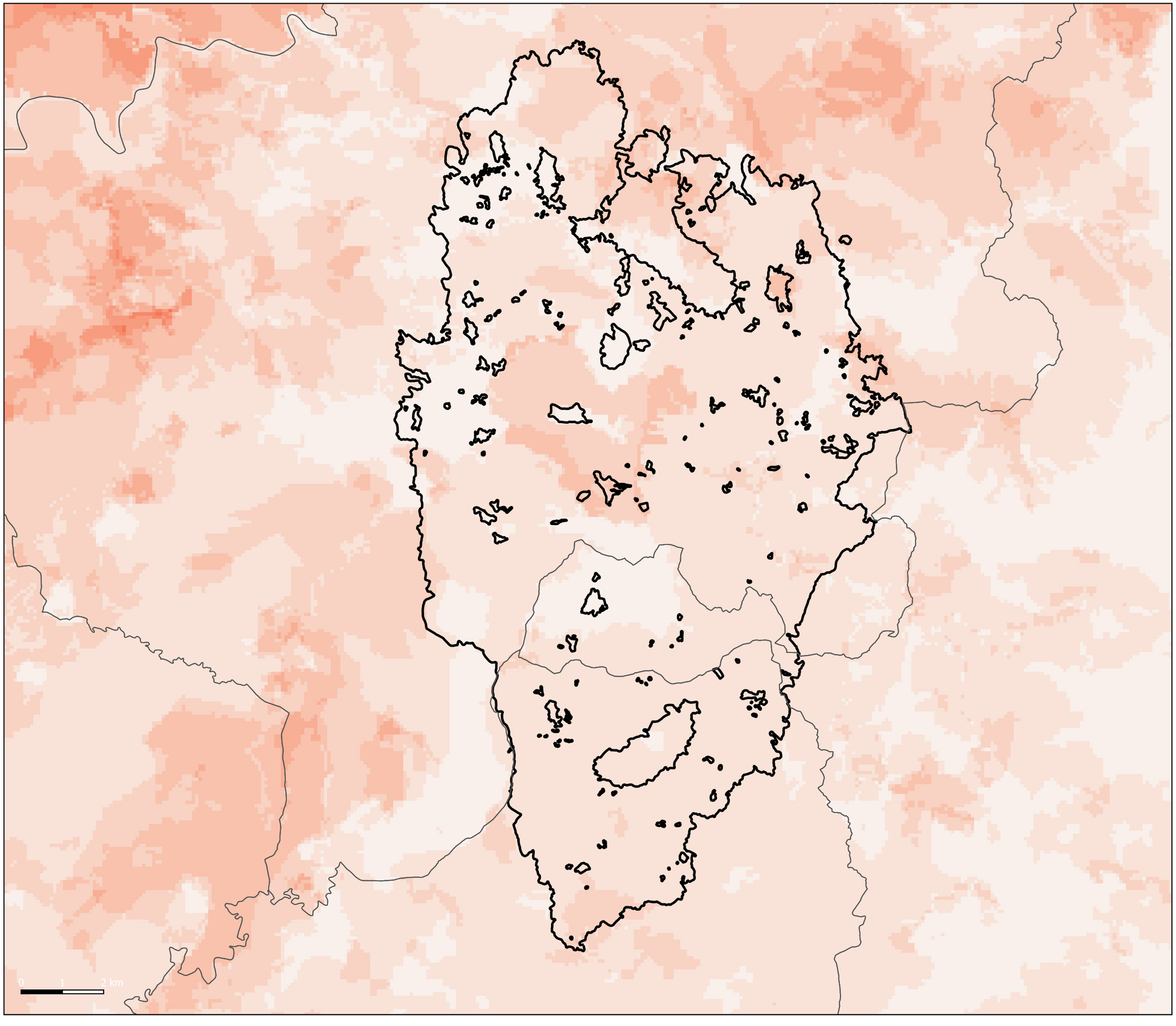
Perigosidade Conjuntural (2020)

- Nula
- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta
- Áreas com potencial para grandes incêndios
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de perigosidade de incêndio 2020

Fonte: ICNF, I.P	Esc: 1:50.000
Data: 02 de outubro 2020	**07-A3**



Legenda

Recorrência de incêndio (1975-2019)

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7

Perímetro incêndio

Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de recorrência de incêndio (1975-2019)

Fonte: ICNF, I.P.	Esc: 1:90000
Data: 02 de outubro 2020	**08-A3**

Legenda

Severidade de incêndio (Sentinel-2)

- Severidade muito reduzida
- Severidade reduzida
- Severidade média
- Severidade elevada
- Severidade muito elevada
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de severidade de incêndio

Fonte: ICNF, I.P, Sentinel 2	Esc:1:90000
Data: 02 de outubro 2020	**09-A3**

Legenda

- PGF
- RJAAR
- Perímetro incêndio
- Limite de concelho

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Incêndio de Cunqueiros/Proença-a-Nova
BI220356 - (13-09-2020)
Carta de PGF e RJAAR

Fonte: ICNF, I.P, Copernicus	Esc: 1:75.000
Data: 2 de outubro 2020	**10-A3**

ANEXO III - Principal legislação e regulamentação aplicável

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**. Define o âmbito da **recuperação de áreas ardidas** (art.º 3.º, n.º 1, al. *x)*) e a obrigatoriedade da incorporação de medidas de recuperação no PNDFCI e no restante planeamento de DFCI (art.º 8 e art.º 11.º). No seu artigo 36.º estabelece normas relativas à remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação rodoviária e relativas às ações de estabilização de emergência.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	**Estratégia Nacional para as Florestas** (primeira atualização da Estratégia aprovada pela RCM n.º 114/2006, de 15 de setembro). A recuperação das áreas ardidas é abordada no âmbito da desertificação, do fomento do associativismo (ZIF) e da política de DFCI. Nos objetivos estratégicos definidos surge o "**A.9 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas florestais afetados**", para o qual na Matriz Estratégica são definidos vários objetivos específicos e operacionais, incluindo-se nestes últimos: - Avaliar os incêndios com áreas superiores a 500ha tendo em vista a ponderação da recuperação de emergência; - Apoiar intervenções de restabelecimento de emergência após incêndio, com base nos relatórios produzidos pelo ICNF; - Recuperar povoamentos florestais em regeneração após incêndio.
Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro Portaria n.º 233/2016, de 29 de agosto Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro Portaria n.º 15-C/2018, de 12 de janeiro Portaria n.º 46/2018, de 12 de fevereiro Portaria n.º 105-A/2018, de 18 de abril Portaria n.º 111-A/2018, de 27 de abril Portaria n.º 237-B/2018, de 28 de agosto Declaração de Retificação n.º 30/2018, de 6 de setembro Portaria n.º 303/2018, de 26 de novembro Portaria n.º 42-B/2019, de 30 de janeiro Portaria n.º 48/2019, de 7 de fevereiro	Estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.4 «**Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos**», ambas inseridas na ação 8.1 «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)**. Prevê, no âmbito da recuperação de áreas ardidas, o apoio às seguintes tipologias de intervenção: - Reflorestação de áreas afetadas e recuperação de infraestruturas danificadas (nível das explorações florestais); - Recuperação das infraestruturas danificadas, controlo da erosão, tratamento e proteção das encostas, prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água e diminuição da perda de biodiversidade (nível de escala territorial relevante).
Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro	Homologa a estrutura tipo da Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, regulamentando o n.º 3 do art.º 36.º do Dec.-Lei n.º 124/2006.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março	Aprova a **Diretiva Única de Prevenção e Combate**, na qual se inclui a componente de recuperação das áreas ardidas. Atribui ao ICNF a definição das melhores medidas de recuperação pós-incêndio, a detalhar em diretiva própria. À AGIF devem ser comunicadas as ações realizadas, cabendo-lhe ainda o apuramento das perdas decorrentes dos incêndios.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro	Aprova a **missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais** (SGIFR). Define como um dos elos da "cadeia de valor dos incêndios florestais" o designado "**Pós-evento**", que inclui "a reabilitação, operacionalizada pelo ICNF, nas áreas públicas sob sua gestão, pelos municípios e pelas pessoas singulares ou coletivas de natureza privada detentoras de espaços florestais e ainda pelas organizações de produtores florestais, pelas entidades gestoras de zonas de intervenção florestal e pelas entidades gestoras de baldios, e as lições aprendidas e melhoria contínua, responsabilidade de todas as entidades e confiada à coordenação da AGIF, em colaboração com todas as entidades do SGIFR".
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho	Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o qual atribui ao ICNF a competência de definição das intervenções de estabilização e recuperação.